

ATA DA OCTOGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA  
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA,  
EM 12-9-2022.

---

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, de forma presencial, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga e Psicóloga Tanise Sabino. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cezar Augusto Schirmer, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Giovane Byl, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. A seguir, o Presidente registrou o COMPARECIMENTO de Sebastião Melo, Prefeito, e de Ricardo Gomes, Vice-Prefeito. Em continuidade, nos termos do art. 136 do Regimento, o Presidente concedeu a palavra a Sebastião Melo, que se pronunciou acerca da protocolização do Projeto de Lei que altera o regime urbanístico incidente sobre as áreas do empreendimento esportivo Projeto Arena. Em prosseguimento, pronunciaram-se acerca do assunto em debate Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Airto Ferronato, Jonas Reis, Mari Pimentel e Jessé Sangalli. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta e cinco minutos às quatorze horas e cinquenta e sete minutos. Márcio Bins Ely solicitou a realização de um minuto de silêncio, em homenagem póstuma a Ubirajara Lopes Silveira. Foi aprovado Requerimento verbal formulado pelo Presidente, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 4ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 024/22. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 001/22, o Projeto de Lei do Executivo nº 021/22, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 205/21, 619/21, 242/22, 253/22, 340/22, 346/22, 347/22, 350/22, 351/22, e o Projeto de Resolução nº 081/21; e, em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 064/22, 076/22 e 343/22, e o Projeto de Resolução nº 053/22. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Leonel Radde e Comandante Nádia. A seguir, foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Mônica Leal e Idenir Cecchim, solicitando que os períodos de Grande Expediente e Comunicações, respectivamente, fossem transferidos para a próxima sessão ordinária. O Presidente informou que, em razão de não haver matéria priorizada para apreciação, não seria realizado o período da Ordem do Dia. Às quinze horas e vinte e quatro minutos, nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Idenir

Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pela 1ª Secretária e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Boa tarde. Hoje temos o comparecimento do Sr. Sebastião Melo e do Sr. Ricardo Gomes, prefeito e vice-prefeito de Porto Alegre, respectivamente, e do secretário Germano Bremm, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS, que abordarão o assunto do projeto de lei que autoriza o Executivo a alterar o regime urbanístico incidente sobre as áreas do empreendimento esportivo Arena. Convido-os a comporem a Mesa dos trabalhos.

O Sr. Sebastião Melo está com a palavra.

**SR. SEBASTIÃO MELO:** Prezado Presidente, Ver. Idenir Cecchim; em seu nome eu quero estender aqui, em meu nome, também em nome do vice-prefeito Ricardo Gomes, em nome dos nossos secretários, o nosso abraço, o nosso carinho a todos os líderes e, especialmente, a todas as vereadoras e a todos os vereadores da nossa querida Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Eu queria repetir aqui aquilo que eu tenho dito muitas vezes, eu estive nesta Casa por 12 anos, Presidente, e sempre me perguntavam se, em época de eleições, a Câmara não vota. Eu dizia: “Vocês estão enganados. A Câmara a idade que tem, a responsabilidade que tem, ela vota sempre”. E isso é um exemplo que eu queria deixar aqui da tribuna da Câmara que nós estamos a poucos dias de uma eleição, e esta Câmara tem respondido à cidade com todas as necessidades que o Executivo e os próprios vereadores têm. Então, eu queria deixar registrado aqui, de quem foi membro desta Casa, de quem é prefeito hoje e reconhece a seriedade com que esta Casa trata os interesses da cidade.

Nós estamos aqui trazendo alguns projetos, mas eu quero centrar especialmente no projeto que envolve a OAS. Lá por 2009, quando se decidiu que Porto Alegre seria uma das sedes da Copa, das 12 cidades brasileiras, os dois estádios, o Internacional e o Grêmio, se movimentaram no sentido de fazer qualificações dos seus estádios. E vieram para esta Casa dois projeto de lei, um envolvendo o Internacional, que envolvia mudanças urbanísticas no entorno do Beira-Rio, inclusive com uma marina aprovada para aquele outro lado do Internacional, inclusive um projeto que está aqui envolvendo as torres do Internacional está dentro daquele contexto daquela lei; e o Grêmio se movimentou e fez dois pedidos ao Executivo, o prefeito Fogaça, o secretário de planejamento era José Fortunati, e veio um projeto do dando o índice construtivo ao estádio Olímpico, que ainda não foi demolido, fica aqui no bairro Azenha, na Rótula do Papa. É uma área que não tinha, como não tinha o Cais Mauá, como não tinham outras áreas chamadas projetos especiais – vocês sabem mais do que ninguém, quando se trata de um processo especial, o Executivo elabora o projeto, vem para esta Casa, envolvendo o Plano Diretor, a palavra final é da Câmara. Então a Câmara permitiu, por proposição da Prefeitura, de que ali se levantassem torres de 72 metros de altura – aqui, na Rótula do Papa –, podendo ser mista, podendo ser só residencial e também com atividades comerciais, talvez um próprio mini *shopping center* dentro daquela área, e, claro, com

as repercussões urbanísticas que leva a Azenha e o Menino Deus, com intervenções importantes. Então, essa área que valia “X”, passou a valer “Y” ao quadrado. Da mesma forma, esta Casa aprovou dando regime urbanístico ao entorno da Arena – na Arena e ao entorno da Arena –, não era permitido construir torres daquela altura no entorno da Arena. Portanto, esta Casa também acolheu um projeto dessa envergadura e parte dessas torres já estão construídas, tem até uma discussão do habite-se condicionado lá, e existem outras torres para serem construídas, entre outros equipamentos também o *shopping center*, no complexo da Arena. Como vocês sabem, a OAS entrou em recuperação judicial, e esse assunto vem se arrastando há mais de 10 anos, porque todo e qualquer empreendimento, seja no Lami, seja no Sarandi, seja no 4º Distrito, seja no Centro, existe a figura das mitigações, das compensações e das chamadas contrapartidas do empreendimento, e se estabeleceu um caderno de encargos envolvendo drenagem urbana, envolvendo, por exemplo, o alargamento da Av. A.J. Renner, envolvendo outros equipamentos no entorno da Arena para conceber aquele empreendimento. Infelizmente, essas contrapartidas não saíram do papel. Em 2017 – eu quero aqui saudar a Dra. Anelise, a Dra. Ivana, o Dr. Saltz, o Paulo Valério –, o Ministério Público, em conjunto com a PGM, e aqui tem uma figura que foi Procurador-Geral que nos acompanha, o Dr. Marisco, que foi o coordenador desse processo de 2017 até 2020, se fez um acordo judicial envolvendo OAS, envolvendo Ministério público e a Prefeitura, de que essas contrapartidas do entorno da Arena, no Humaitá, deveriam começar a ser cumpridas, e essas contrapartidas deveriam começar a ser executadas a partir de outubro do ano passado e nada foi feito, nós estamos em setembro de 2022 e nada foi feito. O que fizemos agora? Nos reunimos e peticionamos ao juiz da causa pedindo a execução das contrapartidas, isso está transitando em uma das Varas da Fazenda Pública de Porto Alegre.

O segundo movimento que nós estamos fazendo é uma matéria, Presidente, complexa e por isso eu peço a atenção um pouquinho, é um pouco extenso, mas se não for assim, às vezes os vereadores de primeiro mandato não têm essa compreensão. Foi votado nesta Casa uma lei dando o índice construtivo, por exemplo, no bairro Azenha, Rótula do Papa, podia construir 27 metros de altura, a lei permitiu que fosse construído 72. Quando se permite isso, está-se dando valor econômico à área, e valor econômico significa que o empreendedor tem mais potencialidade e com isso se tem as contrapartidas que deveria fazer. Só que a lei que foi aprovada nesta Casa não deu um tempo para o empreendedor começar o seu empreendimento. Passou-se dez anos e não saiu nem a demolição do Olímpico e muito menos tem qualquer projeto protocolado na Prefeitura para começar as edificações do Olímpico. Então, se passar cem anos e esta lei estiver vigida, nós vamos continuar com o Olímpico demolido ou não demolido, invadido por insegurança total e para a cidade nada vai acontecer urbanisticamente naquele local. A lei que nós estamos trazendo para esta Casa, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, traz uma mudança significativa. Se a Câmara acolher o projeto como está hoje ou fizer as mudanças que deve fazer, porque, aqui, os vereadores estudam, analisam, propõem as suas emendas, subemendas, daria, partir da aprovação desta lei nova, para que o empreendedor teria mais um ano para começar; demolir o Olímpico e

começar a aprovar o parcelamento do solo. Se não for feito isso, vai cair o índice construtivo para o entorno da Azenha e do Menino Deus, ou seja, vai diminuir a altura de 72 para 27 e a volumetria da construção. Isso significa que vai diminuir o valor daquele terreno, porque aquele valor que foi dado uma das razões era para fazer as contrapartidas do Grêmio que não foram feiras. Então, de forma sucinta, Presidente, estou aqui para responder as perguntas, se for necessário, esta é uma lei que busca fazer com que as partes encontrem uma solução, porque não é possível que as contrapartidas não são atendidas, as pessoas estão vivendo lá com todas as dificuldades do mundo, no entorno da Arena. Mas eu também quero dizer aqui, alto e bom som, um prefeito não pode ter opção pelo São José, pelo Grêmio, pelo Internacional, ele tem que ter opção pela sua cidade, mas se tem dois valores do Rio Grande, dois ícones do Rio Grande, entre outros, são o Inter e Grêmio. Então, esta lei não prejudica o Grêmio, nunca tivemos, na nossa intenção, qualquer interesse em prejudicar o Grêmio, pelo contrário, o Grêmio é vítima deste processo, o Grêmio é tão vítima deste processo como é a cidade. Nós somos um governo amigo do empreendedor. Eu estava no Sinduscon um dia desses e um empreiteiro disse: “Melo, está saindo o habite-se antes de terminar o prédio.” Mas que coisa boa, porque nós estamos licenciando rápido, nós estamos entregando o habite-se rapidamente. Então, quando você permite o empreendedorismo andar rápido, quem que ganha com isso são os que mais precisam, porque entra o ITBI, entra o IPTU, entra o sujeito que vende a pedra, o sujeito que vende o cimento, o sujeito que tem a madeira, ou seja, nós somos amigos do empreendedor. Agora, a OAS não está sendo amiga da cidade. A cidade apostou no empreendedorismo da OAS, acreditou que ela ia fazer, e ela infelizmente, até agora, não compareceu para fazer aquilo que assumiu publicamente nesta Casa, no Executivo, nas entrevistas que deu, dizendo que ia resolver, que ia fazer e não fez. Então, Presidente, de forma responsável, trazemos a esta Casa a possibilidade de esta Casa analisar. Uma mudança que foi feita aqui é uma lei que regula a questão de homenagens, e a Lei Orgânica fez uma mudança nisso, permitindo que, se não forem próprios municipais, você pode dar o nome de quem é vivo. E nós transferimos nossa sede municipal, o Centro Administrativo Municipal saiu do Paço Municipal e foi para a Rua General João Manoel, e por tudo, nós escolhemos, entre os grandes prefeitos que a cidade teve, em fazer uma homenagem ao Guilherme Socias Villela, que foi um grande prefeito desta cidade, se hoje tem uma secretaria de sustentabilidade, se hoje tem um Parque Marinha do Brasil, se hoje tem o Brique da Redenção, assim como tantas outras coisas que essa cidade teve ao longo da década de 1970, tem o nome de um grande prefeito desta cidade. Então, entre o conjunto dos projetos, Cecchim, estamos protocolando também uma justíssima homenagem a Guilherme Socias Villela. Muito obrigado, Presidente, estou à disposição para responder qualquer dúvida. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Nobre prefeito, é uma satisfação recebê-lo aqui novamente. Com certeza, nós vamos avaliar muito bem o projeto de lei a curto prazo, eu diria, ou até, resumindo aqui, poderia dizer que nós concordaríamos até num prazo menor, do que um ano. Então, há, realmente, uma morosidade em relação a essa modificação que aconteceu, uma hora era OAS que era dona, agora, a OAS mudou de nome, faliu, é toda uma história que realmente a cidade acaba atrasando neste processo. É claro que, à medida que o senhor dá um ano no projeto de lei e ele não executando, reduz o índice construtivo que nós aprovamos aqui na Casa, obviamente que, depois que comprarem a área, nós não vamos aumentar novamente, porque tem um certo critério de estabilização, dialogando com a região, com a cidade, com os moradores do entorno. Os impactos que podem acontecer são muito importantes, sempre lembrando que poderá ter alguns instrumentos públicos, serviços que naquela região, próximo à Rótula do Papa, não têm. Então tem que avaliar do ponto de vista político, administrativo ou de gestão o que poderá entrar como contrapartida, porque as contrapartidas são de extrema importância numa região onde não tem um braço do serviço público.

De outra forma, prefeito, se me permite, nós fizemos uma reunião há poucos dias com o secretário André da Administração e o secretário adjunto da Saúde, para os agentes de endemias e agente comunitário de saúde, o governo municipal está recebendo de fundo a fundo o piso nacional dos salários para essas duas categorias. Esse recurso veio no dia 7 de junho. Nós fizemos uma reunião há 15 dias com os trabalhadores, e para esse projeto, à medida que chega aqui, nós vamos fazer reunião conjunta das comissões, e, pela informação que eu tenho dos secretários, está no seu gabinete. Portanto, se V. Exa. achar importante mandar, nós nos comprometemos fazer reunião conjunta das comissões para esse projeto de lei. Bem-vindo a Casa, vamos avaliar com um certo critério o projeto de lei que, de fato, tem que tomar uma atitude. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Quero o nosso prefeito, o vice-prefeito, o nosso secretário do Meio Ambiente. Bom, vou fazer uma contestação a partir disso, primeiro lugar, quero parabenizar o prefeito e os demais membros da Prefeitura por tomarem essa atitude, porque nós estamos com um bairro que morreu, que é a Azenha. Eu morei, Melo, por um ano dentro do Estádio Olímpico. A Azenha era viva, a Azenha tinha comércio forte, hoje não tem mais nada, com a expectativa de que venha uma população para lá; do outro lado, uma região degradada que está melhorando, mas tem muitas obras a serem feitas ainda, em todo sentido. Inclusive, no ano passado, para pensar nesta ideia, eu coloquei um projeto indicativo ao anterior prefeito de que poderia se aproveitar todo aquele material da demolição do Estádio Olímpico para casas

populares. Isso surgiu de uma ideia que eu solicitei ao Sinduscon, porque há departamento na UFRGS que aprovava esse tipo de construção, ou seja, demolir só por demolir, isso é fácil, demolir de uma vez só, mas peço a V. Exa. que faça um estudo, se poderiam ser aproveitadas muitas chapas de concreto para fazer casas próprias, nos bairros pobres da cidade. Então, parabéns pela atitude, claro que agora nós vamos tomar conhecimento do projeto e nós vamos trazer emendas e outras alternativas dentro dessa grande alternativa do Executivo. Então, parabéns, não tem outra coisa a fazer, é dar um prazo, melhorar os índices de construção ou diminuir, enfim, isso será debatido, mas acredito que a ideia é muito boa, não tem mais como conviver em Porto Alegre com dois bairros praticamente pensando por uma atitude de uma empresa que não fez a sua parte. E o Grêmio, diga-se de passagem, para todos ouvirem, o Grêmio tem que pedir permissão para treinar na Arena. Se o Grêmio for treinar, tem que pedir permissão para entrar na Arena. É lamentável. Então, o grande clube de futebol mundial tem que pedir licença para treinar no seu estádio, já que o outro lhe entregou e não entregou e não foi e ficou tudo na mesma. Um abraço, prefeito, parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Em primeiro lugar, Cecchim, aquele abraço a ti e a todos, saúdo o nosso querido prefeito Melo, nosso vice-prefeito Ricardo e o secretário Bremm. Quero dizer da importância deste momento e cumprimentá-los pela medida, pela proposta que vamos debater, e cumprimentá-los principalmente porque é preciso dar um caminho, um norte para essas questões que têm, sim, trazido prejuízos para a cidade de Porto Alegre. Parabéns, um abraço a vocês e abraço a cidade toda. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Presidente Cecchim, obrigado pela palavra. Cumprimento aqui o prefeito Melo, o vice-prefeito Ricardo Gomes, o secretário que os acompanha. Eu queria dizer que são importantes esses projetos de cobrança, são fundamentais. Mas eu queria utilizar o momento também para lembrar que desde 2012, há 10 anos, há o impasse das contrapartidas das obras da Copa. A deputada estadual Sofia Cavedon e eu ingressamos no Ministério Público cobrando, fazendo essa tentativa de ajudar com que as moradias que estavam previstas no entorno da Cruzeiro sejam realizadas, que as escolas de educação infantil, que a melhoria no sistema de saúde e de assistência social e as praças também sejam todas realizadas.

Então, acho muito sério esse problema que nós temos, e não é só em Porto Alegre, das contrapartidas daqueles que são, muitas vezes, um empresariado irresponsável. Porque são acordos, não são promessas, as pessoas têm vantagens, num processo de diálogo, que depois se rompe unilateralmente. Nesse sentido eu os parabeno e vamos lutar juntos para que a gente possa ter uma Porto Alegre, de fato, melhor. E que esses que outrora prometeram possam cumprir com o seu dever e as contrapartidas são fundamentais. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado. O Ver. Jonas Reis disse que, pela primeira vez, iria usar o microfone para elogiar o prefeito, e cumpriu com a promessa.

A Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel está com a palavra.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Então, trazendo aqui um pouquinho mais da importância, que a gente sabe, deste momento para a cidade, da gente conseguir tirar toda a situação que nós vemos hoje do Olímpico, da Arena, nós entendemos, como partido Novo, que realmente é um tema prioritário para a cidade, como nós sabemos também, e aqui está um liberal, o nosso vice-prefeito Ricardo Gomes, nós somos a favor do regime de urbanização que trabalha com maior adensamento, com a possibilidade de trazer torres, mas a gente entende a situação em que o prefeito se encontra, em que o Município se encontra. E eu tenho certeza de que a próxima administração do Grêmio, que estará eleita depois de outubro, poderá ser um ambiente para sentar, para ser dialogado, então eu gostaria de reforçar que nós estaremos juntos com o partido para essa construção. Não gostamos da questão de restrição de altura, mas nós estamos à disposição para o diálogo e nós entendemos que é um passo importante para a cidade.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Eu queria saudar a presença das promotoras públicas Annelise Monteiro Steigleder e Ivana Ferrazzo. São muito bem-vindas, as senhoras ficam bem também no Legislativo.

**SR. SEBASTIÃO MELO:** Bom, eu vou começar pela questão do nosso querido Ver. Oliboni, pois acho que temos convergência neste processo. Sempre que há um empreendimento as contrapartidas fazem parte dele, por exemplo, o Mercado Público está reaberto com R\$ 10 milhões que foram aportados a ele nos últimos seis meses porque nós fizemos uma mudança numa contrapartida da Multiplan e botamos lá, correto? Então tem contrapartidas que aqueles prédios aqui da Diário de Notícias e na duplicação do *shopping* tem. Agora, por exemplo, no Recanto do Sabiá está ficando pronta uma praça muito bonita, que nunca teve naquela região, que é um outro

empreendedor da cidade que nós estamos deslocando parte dessas contrapartidas para os que mais precisam. Então temos acordo nisso. E o empreendimento do Grêmio, temos que tratar a questão viária, tem um X enorme na Azenha; não comporta um empreendimento grande ali, se você não resolver a questão viária, pois ela não dá vazão àquele empreendimento, entre outras coisas. E quanto aos agentes de endemias, é verdade. Nós faremos uma reunião aberta, os vereadores que quiserem participar serão bem-vindos, ainda esta semana ou na próxima, em que eu vou botar na pauta o que tem acontecido no Brasil do ponto de vista municipalista, que é um desastre; O Congresso Nacional levanta de pé torto e vota imposições aos municípios, mas não manda o dinheiro junto. Então, por exemplo, subiu-se o salário, com justeza, dos agentes de endemias, mas, se eu não estou enganado, vai faltar R\$ 700,00 que o Município vai ter que colocar por cada agente, dinheiro do Município. Então eu vou ter que tirar o dinheiro de algum lugar. *O.k.*, subiu o piso, só que eu tenho que calcular, isso é sobre o básico, ninguém ganha sobre o básico, há os avanços que o funcionário teve. Eu estou fazendo o cálculo, a LOA vai ser votada aqui, a Lei Orçamentária Anual, e eu não posso ser irresponsável. O que eu posso dizer é que o dinheiro que vem federal, tu podes ter certeza, não será gasto. A lei botou dois salários mínimos, mas dois salários mínimos sobre o piso, só que o piso começou e tem todos os avanços, e agora a Prefeitura tem que entrar com R\$ 700,00 ou R\$ 800,00 a mais por agente, e é isso que eu vou discutir com vocês.

Pois bem, Cassiá, eu acho que quanto à questão da demolição, primeiro, a lei que está vindo para cá estabelece que, se for aprovada, tem um ano para ele apresentar um plano de demolição. Bom, aí, o destino disso a gente pode trabalhar, porque o preço para demolir aquilo é alto e o destino daquele material tem várias coisas que não podemos pensar nele, várias coisas. Então está aberta esta discussão.

Cumprimentar o Ferronato, que também se manifestou, é uma pena, Ferronato, que tu tenhas desistido. Eu te disse que seria uma grande opção de voto, pela tua seriedade, competência e, além disso, um paraíso de vida, de Senador. Mas, infelizmente, o senhor desistiu.

E por último dizer que, Jonas, nós estamos juntos. Eu fui vereador em três mandatos, vice-prefeito e agora prefeito, nessas três fases eu sempre dizia que a lei, muitas vezes, é que nem serpente, ela pica sempre o pé descalço, ou seja, o empreendimento bom para cidade está prejudicando os que mais precisam no entorno da Arena. Isso está errado, isso tem que corrigir, nós juntos vamos corrigir. Agora, o que nós queremos mesmo é que esta lei seja desnecessária, e a gente quer que ela seja desnecessária se eles vieram aqui na Câmara e pedirem uma audiência pública. Se isso acontecer, eu quero dizer que eu cancelo qualquer compromisso, Cecchim, quero deixar isso claro aqui, e quero convidar publicamente a OAS para esta conversa. Eu quero usar a tribuna da Câmara para dizer “venha para esta conversa e diga “eu quero acertar”. O Ricardo é o prefeito do 4º Distrito, vai estar ao meu lado, os vereadores vão estar ao lado, agora, não basta assinar um acordo e negar o acordo como o diabo negou a cruz, porque eles assinaram o acordo e negaram o acordo. Esse papo não transita conosco, não transita, quer dizer, o sujeito assinou o acordo, foi na frente de um juiz, teve 200

audiências, a procuradoria participou, o Ministério Público participou, e agora nega o acordo. Gente séria não faz isso, eu sou de uma época e de um jeito que, para mim, a palavra vale mais do que qualquer papel. Então, o cara que assina um papel e não cumpre, me desculpe, tem problema.

Presidente Cecchim, muito obrigado. Nós estamos com nosso piquete no Parque Harmonia, hoje, toda tarde, vou despachar ali e, se algum vereador quiser utilizar o piquete, tem duas salas para fazer atendimento, Presidente. Fica à disposição da Câmara, é só uma questão de agendar. Há um espaço de colhimento, se os vereadores quiserem fazer algum encontro, fazer um churrasco, enfim, também está à disposição. O plano diretor do Germano foi aprovado, a churrasqueira está aprovada, com RT do Germano, aliás, o primeiro a usar foi o Germano, portanto está garantido o plano diretor do nosso Parque da Harmonia. Muito obrigado por nos receber, parabéns a todos os vereadores, estamos juntos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania):** Fica um apelo ao prefeito, que está liderando este processo do Acampamento Farroupilha, nós temos um grande problema aqui no Acampamento Farroupilha, que é o achaque aos motoristas pelos flanelinhas. O senhor, com certeza, já ouviu falar sobre isso, acompanha, porque vive a cidade, eu queria fazer esse apelo para apertar a fiscalização para evitar que isso aconteça, porque a pessoa vem até Porto Alegre para visitar nosso Acampamento e sai daqui, às vezes, ou guinchado, ou, no mínimo, achacado por esses empreendedores não autorizados do Município. Se puder avaliar essa questão, seria muito importante, prefeito.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. SEBASTIÃO MELO:** Vereador, veja que este prefeito é atento, eu chamei para às 18h no Acampamento Farroupilha, porque eu recebi vários questionamentos na nossa rede social. Nós cedemos alguns espaços públicos para os flanelinhas, é verdade, nós cedemos até porque a questão social é séria, então, dentro daqueles espaços, eles estão autorizados, mas fora não. É disso que nós vamos tratar. Estão conosco a Secretaria de Mobilidade, a EPTC, a Secretaria de Segurança Pública, a Cultura e a Secretaria de Governança. Os vereadores que quiseram participar conosco, vai ser às 18h no Acampamento Farroupilha, e eu concordo contigo, não está bem, porque nós combinamos uma coisa e eles estão fazendo outra; acordo tem que ser cumprido.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado, prefeito, vice-prefeito e secretário; obrigado pela boa vontade. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h55min.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 14h57min:** Estão reabertos os trabalhos.

**VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT) (Requerimento):** Sr. Presidente, saudando também o prefeito, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Ubirajara Lopes Silveira, o Bira da saúde, que trabalhava conosco há mais de dez anos e teve um infarto. Acabei de vir do enterro, peço escusas a V. Exa. por não ter podido acompanhar o projeto importante da Arena do Grêmio, mas eu estava acompanhando o enterro.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Deferimos o pedido.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar nos períodos de Pauta Especial e Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

### **PAUTA ESPECIAL – DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/10 minutos/com aparte)**

#### **4ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0680/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 024/22,** que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023. **(SEI 118.00405/2022-35)**

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Não há inscritos para discutir a Pauta Especial. Está encerrado o período de discussão de Pauta Especial.

Passamos à

### **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

#### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0617/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 021/22**, que autoriza o Poder Executivo a contratar 850 (oitocentos e cinquenta) professores para a Secretaria Municipal de Educação (SMED) em caráter emergencial e por prazo determinado para atender necessidade temporária e de excepcional interesse público. **(SEI 118.00385/2022-01)**

**PROC. Nº 0695/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 347/22**, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Rua Alessandra Sanhudo Malinski o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Sete Mil Duzentos e Três, localizado no Loteamento Lagos de Nova Ipanema IV, Bairro Hípica. **(SEI 165.00102/2022-75)**

**PROC. Nº 0506/22 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 001/22**, de autoria do Governo Municipal, que altera o § 2º do art. 183 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. **(Transferência/verbas às escolas públicas municipais. (SEI 118.00329/2022-68)**

**PROC. Nº 0538/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 205/21**, de autoria do Ver. Leonel Radde, que institui o Programa de Erradicação da Violência Obstétrica no Município de Porto Alegre e dá outras providências. **Com Substitutivo nº01, do Ver. Leonel Radde. (SEI 208.00154/2021-07)**

**PROC. Nº 1363/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 619/21**, de autoria da Verª Bruna Rodrigues, que cria o Programa Maternidade Segura. **(SEI 221.00192/2021-38)**

**PROC. Nº 0471/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 242/22**, de autoria da Verª Daiana Santos, que obriga a divulgação da numeração e do conteúdo do art. 150 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre em estabelecimentos comerciais e em instituições públicas no Município de Porto Alegre por meio de placa informativa. **(SEI 209.00115/2022-81)**

**PROC. Nº 0507/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 253/22**, de autoria da Verª Daiana Santos, que inclui a efeméride Dia Municipal do Exu Sr. Velho Omulu no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 13 de agosto. **(SEI 209.00121/2022-39)**

**PROC. Nº 0675/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 340/22**, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui a efeméride Dia do Muaythai no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 06 de fevereiro de cada ano. **(SEI 034.00350/2022-66)**

**PROC. Nº 0694/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 346/22**, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Rua João Otto Paiva o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Sete Mil Duzentos e Um, localizado no Loteamento Lagos de Nova Ipanema IV, Bairro Hípica. (SEI 165.00172/2022-23)

**PROC. Nº 0698/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 350/22**, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que inclui a efeméride Semana de Conscientização sobre a Pornografia no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre – Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010, e alterações posteriores. (SEI 145.00044/2022-08)

**PROC. Nº 0699/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 351/22**, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia do Cacique Pena Branca na Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 19 de agosto. (SEI 024.00102/2022-25)

**PROC. Nº 1257/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 081/21**, de autoria das Ver<sup>as</sup> Bruna Rodrigues e Daiana Santos, que inclui inc. V no art. 4º da Resolução nº 1.319, de 18 de julho de 1996 – que institui o Código de Ética Parlamentar –, e alterações posteriores, vedando a prática de violência política de gênero. (SEI 209.00187/2021-48)

## 2ª SESSÃO

**PROC. Nº 0122/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 64/22**, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Alcy José de Vargas Cheuiche. (SEI 207.00005/2022-11)

**PROC. Nº 0150/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 076/22**, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que inclui a Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, na grade curricular das escolas da rede municipal de ensino, como tópico de disciplina obrigatória. (SEI 145.00009/2022-81)

**PROC. Nº 0688/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 343/22**, de autoria da Mesa Diretora, que altera o inc. IV do § 5º do art. 1º e o inc. III do art. 13 e revoga o item 2 do inc. IV do § 5º do art. 1º e a al. e do inc. III do art. 13 da Resolução nº 1.367, de 2 de janeiro de 1998 – que reorganiza os serviços administrativos da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, e altera o art. 20, o *caput* do art. 50-I e o Anexo I da Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986 – que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, modificando para Chefe da Seção de Despesas e Finanças a denominação da função gratificada de Chefe da Seção de Contabilidade e Finanças e

alterando os requisitos para seu provimento, bem como modificando o nome da Seção à qual está relacionada. (SEI 014.00017/2022-77)

**PROC. Nº 0665/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 053/22**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Mari Pimentel, que concede a Comenda Porto do Sol ao Instituto da Mama RS – IMAMA. (SEI 211.00073/2022-76)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, Porto Alegre, infelizmente, entrou na pauta nacional, pela vergonha de ter homenageado o não filósofo, o filósofo *fake*, Olavo de Carvalho. Virou piada, virou chacota. Inclusive, quero aqui dedicar aqui, à filha do Olavo, a Heloísa, que é minha amiga, o nosso repúdio. Porque a filha do Olavo de Carvalho sofreu diversos abusos ao longo da sua vida, e é uma vergonha que tenhamos um abusador recebendo o nome de uma rua aqui na nossa capital. E é por isso que, com fascistas, nós não dialogamos. Com o fascismo não se dialoga, o fascismo, se destrói, símbolos fascistas devem ser varridos, e é por isso que, simbolicamente, eu trago aqui uma placa em homenagem a esta rua, onde diz: Rua Olavo de Carvalho, filósofo, entre aspas, bolsonarista, negacionista, disseminador de *fake news*, terraplanista e antivacina. Está aqui a nossa homenagem e também aqui está o nosso repúdio. Quebramos esta placa porque vai ser banida dessa cidade essa homenagem. Inclusive, já estamos acionando judicialmente. E também faremos aqui uma homenagem à Sônia Saraí, uma grande mulher negra, líder comunitária, que realmente mereceria ser homenageada. Aqui está a nossa resposta a essa vergonha dessa rua. E eu quero aqui falar diretamente também para nossa candidata, “Comandante Nada”, digo, Ver.<sup>a</sup> Nádia, que mente, descaradamente, na sua propaganda ao Senado dizendo que o Partido dos Trabalhadores vai acabar com a polícia. Não existe mentira mais clara, mentira mais baixa do que isso, e aqui quem está falando é um policial que inclusive participou do programa de governo do presidente Lula, e nós queremos a valorização das polícias. O Partido dos Trabalhadores quer uma polícia democratizada. Quando nós falamos em desmilitarização, que não é a mesma coisa que acabar com a polícia, nós estamos defendendo a possibilidade de mulheres policiais que muitas vezes têm filhos, que precisam ir para sua casa e, através de decisões de oficiais superiores, são obrigadas a ficarem e acabam sendo presas administrativamente. É contra isso que nós nos levantamos e defendemos a desmilitarização na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras da segurança pública, na defesa da democratização dessas instituições e para que elas funcionam da melhor forma possível. Caso vocês não tenham acompanhado, há alguns dias, eu me neguei a chamar a Nádia do cargo que ela se autointitulou. O que que ela disse? Que, se ela fosse a minha comandante, ela iria me prender. Disse com todas as letras. É assim colegas policiais, é assim colegas servidores

da segurança pública, é assim eleitores do Rio Grande do Sul e do Brasil que funciona a cabeça da extrema-direita e vão para a televisão mentir descaradamente dizendo que a esquerda, o Partido dos Trabalhadores, iria acabar com a polícia. Não existe maior mentira. Eu espero que o Tribunal Regional Eleitoral faça o que tem que ser feito em relação a essa propagação de *fake news*. Nós não aguentamos mais, e é bom que a população também do Rio Grande do Sul saiba como votou o partido da Nádía em relação ao aumento das alíquotas dos brigadianos, aumentando as taxas cobradas. É bom que a população saiba também como a Nádía votou com a Guarda Municipal. Nós queríamos trazer aqui, para os nossos colegas agentes da segurança pública, uma aposentadoria especial, e a Nádía não deixou que entrasse aqui nesta Casa. É bom que as mulheres, já que tem todo um discurso de empoderamento feminino, saibam como a Nádía votou aqui na reforma da previdência dos municipais, aumentando a idade das mulheres para se aposentarem, diminuindo a distância entre homens e mulheres, e quando a Ver.<sup>a</sup> Barth disse aqui que mulheres deveriam se aposentar com idade superior aos homens, porque vivem mais, ela aplaudiu aqui embaixo. Essa é a realidade, nós não aguentamos mais mentiras, o empoderamento feminino só quando serve; falar sobre segurança pública, só quando se favorece; mentir sobre esta pauta; trazer informações falsas. Eu, como policial, afirmo: o Partido dos Trabalhadores quer uma polícia mais democrática, que valorize seus servidores, que os valorize salarialmente, que faça as promoções, que os equipe e que os policiais permaneçam com vida. O projeto que a Nádía defende, este projeto defendido pelo Bolsonaro, ele retirou a pensão pós-morte dos policiais mortos em serviço, ele atropelou a previdência, ele foi contra a paridade, integralidade dos policiais, e agora quer se apresentar como a representante da segurança pública, sendo que sempre votou contra aqui, na Prefeitura, e o seu partido na Assembleia Legislativa ou no Congresso Nacional. Eu peço, então, que esse vídeo seja compartilhado, que a verdade seja restabelecida e que nós não aceitemos mais esse tipo aqui de homenagem oportunista contra um falso filósofo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádía está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Boa tarde, Presidente, nobres colegas vereadores, até estava com saudade desta tribuna, ficar no *on-line* é muito ruim. Primeiro, quero dizer a todos os vereadores, principalmente aos novatos, que o art. 142 do nosso Regimento preza pela boa educação, preza pela forma com que os vereadores devem tratar uns aos outros. E eu quero que leiam, eu até vou entregar depois uma cópia do Regimento para os mais novos, principalmente para aqueles que dizem seguir a lei. Diz que, ao se referir ao colega, o vereador deve declinar o nome precedido do tratamento que esse vereador escolher. Assim como esteve aqui a Fernanda, que colocou Fernanda Lula, ou a Sofia Lula, alguma coisa assim. Dirigir-se ao colega, dando-lhe o tratamento de excelência, nobre vereador ou nobre colega; isso é

o que diz a nossa legislação, porque aqui é uma Casa que discute, mas que deve ter a educação como base. Dito isso, Presidente, eu gostaria que o vereador do PT corrigisse o meu nome, pois ele se faz engraçadinho nesta tribuna porque não tem pauta, porque não tem trabalho, infelizmente. Aqui eu não vou falar de pessoas que são tão pequenas, vou dizer aos vereadores que em Sorocaba, São Paulo e em outras cidades já existe o nome de rua “Filósofo Olavo de Carvalho”, e que, pelo que notei, aqui o grande problema é tratar Olavo de Carvalho como filósofo. Podem entrar no SEI e ver que eu já solicitei a supressão do “filósofo”, ficando apenas “Olavo de Carvalho”, para que a gente tenha a paz, até porque política se faz construindo.

De toda sorte, quero falar aqui do partido do PSOL, que disse que esta vereadora estava renomeando o nome de uma rua, a Rua Odília Feliciano de Souza, que foi batizada pelo já falecido vereador Ervino Besson, do PDT, que diz respeito a uma senhora já falecida, com oito filhos, que fundou o Clube de Mães Força e Esperança, que tem uma construção e um desenvolvimento muito bonito na comunidade da Orfanotrófio, e jamais, como mulher, como parlamentar, como criadora da Patrulha Maria da Penha, eu iria estar maculando o nome de outra mulher e de nenhuma outra pessoa. Porém a esquerda se aparelha através da pressão, do medo, da mentira, da manipulação das pessoas mais humildes, e, de forma sórdida, o PSOL, por não ter trabalho, o seu vereador fez um vídeo chamando a comunidade e dizendo que aquela rua seria renomeada. Pois eu venho trazer aqui a verdade, que aquela rua não é a rua que foi batizada recentemente, e mostro aos colegas: a Rua Odília Feliciano é a rua que está hachurada em preto e em vermelho é a Rua Olavo de Carvalho. Portanto, eu acho que cabe ao vereador do PSOL, que tem como prática a mentira, que tem como prática a manipulação das pessoas humildes, com artimanhas vis, sórdidas, de induzir as pessoas ao erro, e, por certo, tentar tirar benefício próprio. E vou repetir: a esquerda que não trabalha, a esquerda que não tem pauta construtiva, quer passarela nesta tribuna para aparecer, para tentar lacrar com máscara de burro, que eu acho, inclusive, Presidente, que nós deveríamos rever. Isso aqui não é circo e não é teatro, isso aqui é um local de trabalho, onde os vereadores vêm trabalhar, onde os vereadores vêm mostrar aqui o seu serviço para com a comunidade, e não o desserviço que essa esquerda tem feito ao longo do tempo, e ainda se acha no direito de estar aqui falando dos outros, uma ideologia podre, que só leva as pessoas ao caos, ao quanto pior, melhor, e dizer para o vereador: olhe o *site* do PT e veja a sua presidente Gleisi Hoffmann falando da desmilitarização, sim. Acho que falta o vereador do PT aqui estudar mais o que fala o seu partido, que também não trabalha, mas que quer tentar lacrar fazendo palanque de coisas sérias por não ter trabalho. Aliás, não vou dar passarela para quem quer aparecer, mas dizer que, Presidente, é atentatório em discurso um vereador exprimir algum tipo de indecoro para com outro colega, configurando alguma coisa contra sua honra e que incite a prática de crimes ou contravenções, e nós vamos conversar isso não é aqui na Câmara é na justiça. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Bom, Nádia, a nobre vereadora tem todo direito de registrar BOs, pedir cassação de mandato, a senhora está no seu direito e não tem problema algum. A senhora, inclusive, propagou uma *fake news*, uma mentira, me caluniando dizendo que eu teria abusado de uma estagiária aqui, e eu, por sinal, não fiz nada, mas eu tenho seis meses para fazer também. Se a gente vai começar entrar nesse jogo “eu vou te processar” toda hora, eu posso dizer que, bom, também posso fazer as mesmas coisas que a senhora me ameaça aqui, mas está tranquilo. Eu não devo nada e a senhora faça o seu jogo. Aliás, a primeira vez que a senhora pediu a cassação do meu mandato foi quando eu pedi para senhora se posicionar contra uma fala nazista numa atividade em frente ao Palácio Piratini em que foi feita uma apologia ao nazismo e a senhora participava da organização. Eu pedi uma posição simples da senhora, dizer o que que a senhora pensa sobre essa frase, até hoje a senhora não disse o que pensa sobre a frase nazista e também aqui ficou indignada, fez Boletim de Ocorrência, veio aqui pedir a minha cassação. Então está de bom tamanho, pode entrar com quantos processos disciplinares a senhora quiser. Agora, eu vou falar um pouquinho sobre algo que é muito importante que a senhora falou bem, de fato, o Partido dos Trabalhadores defende a desmilitarização, e quem deveria estudar é a senhora, se a senhora faz questão de não estudar ou fazer de conta que não entendeu ainda o que é desmilitarização, eu vou tentar explicar para senhora em três minutos ou, talvez, um pouquinho menos. Esta aula a senhora anota, guarda, grava porque ela vai ser para sua vida para parar de falar tanta mentira nas ruas. A desmilitarização nada mais é do que desvincular os policiais militares das forças auxiliares do Exército, ou seja, eles deixam de seguir o Código Penal Militar e seguem um ordenamento civil, passam a ser policiais estatutários, servidores públicos estatutários. Continuam seguindo a disciplina, continuam seguindo a hierarquia, mas deixam de seguir as punições militares como as prisões administrativas, ou seja, um policial que não recebe o seu salário, como aconteceu durante o governo Sartori, ele se força a chamar suas esposas para fazer paralisações em frente aos batalhões, por quê? Porque, se ele fizer manifestação, é preso administrativamente. E o que a população tem que saber é que um policial militar não pode se sindicalizar, não tem os direitos mais básicos garantidos, e por respeito a esses policiais, por respeito à polícia, é que nós defendemos a desmilitarização para que eles se sintam empoderados como trabalhadores da segurança pública, essa é a nossa defesa. Não é e nunca foi acabar com a polícia; não é e nunca foi extinguir a polícia militar, como se as pessoas fossem ligar para o 190 e não tivesse mais polícia na rua. Por favor, todos nós sabemos que isso é uma mentira, e tem que receber o nome que é: mentira. E quem propaga mentira é mentiroso; não é possível que a gente possa, durante o período eleitoral, se dar ao direito de fazer o que bem entende, tem que responder, tem que esclarecer. E eu estou esclarecendo que nós queremos a desmilitarização para que os trabalhadores da segurança pública possam reivindicar seus direitos, possam ter a sua liberdade garantida, o seu livre pensamento. Quem não

defende isso é quem defende que o policial tenha que ser preso administrativamente porque está com um salário de fome, porque não tem o que colocar na mesa, porque está lá com dois, três consignados, não consegue nem pagar passagem, e ele não pode se manifestar. Quando ele tem que ir para casa, cuidar do seu filho, da sua filha e não pode, ele é preso administrativamente porque se nega a cumprir uma ordem imoral. É por isso que nós lutamos pela desmilitarização e pela democratização das nossas forças de segurança; é por isso que nós também defendemos a carreira única, para que ninguém chegue e diga: “Olha, se não me chamar como eu quero, vou te punir; se não me chamar como eu quero, vou te prender”. Nós, em pleno século XXI, não podemos mais aceitar esse tipo de prática dentro das forças de segurança. Eu tenho certeza que os policiais compreendem esta pauta, infelizmente, para fora das polícias, fica essa ideia de que “Olha, falar em desmilitarização é a mesma coisa que dizer que vai acabar com a polícia.” Nunca foi, não é isso, é justamente porque queremos os melhores modelos de polícia do mundo, que são desmilitarizadas e de carreira única. É assim no Canadá, é assim nos Estados Unidos, é assim no Japão, é assim na França, Inglaterra, Escócia; a Scotland Yard é desmilitarizada e de carreira única, é isso que nós queremos e defendemos. Então, antes de propagar mentiras, antes de fazer propaganda falsa nas redes sociais e na televisão, tenha mais respeito com a verdade, saiba o que está falando, o que é desmilitarização e entenda que isso vai favorecer e valorizar os bons servidores da segurança pública. E volto a repetir, a senhora não criou a Patrulha Maria da Penha, quem criou a Patrulha Maria da Penha foi o governador Tarso Genro, do Partido dos Trabalhadores, e que a senhora foi colocada pelo governador, pelo secretário, por todo o *staff* do governo na posição de comando desta Patrulha Maria da Penha. Infelizmente, a senhora se apropriou desse projeto, se apropriou desse programa e hoje tenta surfar, ano após ano, em cima desta pauta. E é por isso que a gente tem que denunciar, porque, infelizmente, a senhora foi criada do Partido dos Trabalhadores. E aqui eu falo diretamente com os militantes da extrema-direita, a Nádia, pessoal, foi criada, gestada dentro do governo Tarso, do Partido dos Trabalhadores. Quando o Tarso não se reelegeu, ela foi surfar no MDB, depois foi surfar no DEM, agora, está surfando no PP, e assim ela vai migrando de partido em partido, de acordo com a onda do momento, mas não caíam em *fake news*. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação o requerimento de autoria da Ver<sup>a</sup> Mônica Leal, solicitando a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Esta presidência faz um requerimento solicitando a transferência do período de Comunicações para a próxima segunda-feira, dia 19 de setembro de 2022. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Informo que não será realizado o período da Ordem do Dia, em razão de não haver matéria priorizada para apreciação.

Hoje tivemos a presença dos 36 vereadores, uns presencialmente e outros de forma *on-line*. Obrigado, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h24min.)

\* \* \* \* \*